CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 23/11/2023 - 05:56

Senado aprova limites para ministros do STF

CONGRESSO

Senado aprova PEC que limita o Supremo

Proposta passa em dois turnos por 52 x 18, apesar do empenho contrário de membros da Corte. Palácio evita interferir na decisão

» EVANDRO ÉBOLI

O Senado aprovou, ontem, em dois turnos, a emenda constitucional que retira poderes de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e veda seus integrantes de emitirem decisões monocráticas. O placar se repetiu nas duas votações e o texto foi aprovado por 52 x 18. O texto, agora, segue para tramitação na Câmara dos Deputados.

A proposta contou com a oposição de alguns ministros da Corte, que chegaram a ligar para os senadores. O Palácio do Planalto evitou se envolver na discussão, tanto que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), votou a favor da PEC.

Ele se juntou a uma corrente de senadores que não considera ser a PEC uma retaliação ao STF — entendem que a Corte estaria se imiscuindo em assuntos do Legislativo, ao decidir, por exemplo, sobre porte de drogas; a respeito do marco temporal das terras indígenas; e em relação à descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação. Outro grupo de parlamentares considera que as decisões monocráticas são uma prerrogativa dos ministros do Supremo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que não podia votar, trabalhou pessoalmente pela aprovação da alteração constitucional. E negou que se tratava de uma afronta ou retaliação ao STF.

"Essa emenda evita que uma decisão monocrática de um único ministro suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares (81 senadores e 513 deputados) e sancionada pelo presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer", disse Pacheco.

Os bolsonaristas e o Centrão se uniram pela PEC. Na votação, o relator da proposta, senador Espiridião Amin (PP-SC), acatou algumas emendas e fez três alterações no texto. Uma delas prevê uma exceção que aceita decisão monocrática de um ministro, que é no caso de um ato normativo, como uma portaria, alterar uma lei aprovada pelo Congresso.

Outra mudança feita por Amin diz respeito aos pedidos de vistas dos ministros do STF: Essa parte foi toda retirada da PEC, uma vez que foi regulamentado pela ministra aposentada do STF, Rosa Weber, em 2022, que definiu esse prazo em três meses.

O senador Sergio Moro (União-PR) votou a favor da emenda. Ele julgou várias denúncias da Operação Lava-Jato, depois revistas pelo STF — entre elas a prisão do hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em março de 2021, o ministro Edson Fachin anulou todas as condenações impostas pela Justiça do Paraná ao petista. Em abril, o plenário referendou a decisão de Fachin por 8 x 3.

"Parabenizo o Senado, e o senhor, presidente Pacheco, pela coragem em mexer com um tema tão sensível. Foi uma iniciativa de um estadista. Não se trata de um confronto com o Supremo e, sim, de um aperfeiçoamento institucional", discursou Moro.

Surpresa

O voto de Jaques Wagner surpreendeu a base governista, ao anunciar, no Plenário, sua posição a favor da PEC. Na sequência, o líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (ES), que orientou voto contra a emenda, pois classifica-a como uma interferência indevida do Congresso no STF.

"Estamos legislando em matéria interna do Poder Judiciário. Agora, se ocorrer uma pandemia, como a que ocorreu, não poderá um ministro, em decisão monocrática, corrigir o erro do Executivo. Lamento que o Poder Legislativo aja dessa fora. Estamos invadindo a função do Judiciário", acusou Contarato.

Assim como o líder do PT na Casa, o senador Humberto Costa (PT-PE) fez um duro discurso contra a PEC, expondo também a divergência em relação a Jaques Wagner. "Aprovar essa PEC é totalmente inoportuno. Vai manter o tensionamento entre os poderes. Estão tentando fragilizar um poder que fez a defesa da democracia. É uma descortesia inconstitucional com o Supremo (STF). Foi o STF que fez a defesa da urna eletrônica, que está julgando, agora, os acusados da tentativa de golpe", afirmou.

Jefferson Rudy/Agência Senado

Pacheco e Wagner cochicham na votação. Posição do líder do governo contrariou a do próprio partido, que era pela derrubada da matéria

> Essa emenda evita que uma decisão monocrática de um único ministro suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares (81 senadores e 513 deputados) e sancionada pelo presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer"
>
> ***Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**, presidente do Congresso*

Votação sobre drogas é adiada

» ALINE BRITO

O relator da PEC das Drogas, senador Efraim Filho (União-PB), apresentou, ontem, o relatório da proposta de emenda à Constituição que pretende criminalizar o porte e posse de qualquer quantidade de substâncias ilícitas. Mas depois de um acordo entre ele e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Davi Alcolumbre (União-AP), para conceder pedido de vistas coletivas, a votação da matéria foi adiada.

Apesar do prazo das vistas ser de sete dias, a expectativa é que a votação da PEC ocorra na primeira quarta-feira de dezembro. Isso porque, na próxima semana, vários parlamentares viajarão para a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, entre 30 de novembro e 12 de dezembro.

A intenção é que, com o adiamento, os senadores tenham tempo para debater o assunto. Segundo avaliam os parlamentares, a PEC tem apoio da base e da oposição, por se tratar de uma matéria que teria apoio da sociedade. "É um tema que pertence à nação, à família, à sociedade como um todo. A questão da descriminalização das drogas é de uma envergadura muito forte para não ser analisada pelo Congresso. Foi nesse sentido que o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a apresentou", afirmou Efraim.

A proposta pretende acrescentar o inciso 80 ao artigo 5º da Constituição, para "considerar crime a posse e o porte, independentemente da quantidade, de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar". O texto original da proposta foi acolhido por Efraim, que acrescentou apenas um trecho que diferencia usuário de traficante e propõe pena alternativa para os usuários e tratamento contra dependência.

O tema foi incluído na pauta da CCJ no mesmo dia em que o plenário da Casa aprovou a PEC 08/21, que limita decisões monocráticas (individuais) e pedidos de vista no Supremo Tribunal Federal e outros tribunais. As duas propostas são vistas como uma resposta do Congresso àquilo que deputados e senadores consideram ser um avanço do STF em assuntos cuja decisão caberia ao Legislativo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2

Copyright © Clipclap 2025.